

Por que o Plano Brady excluiu o Brasil

18 JUL 1989 18 AGO 1989

A incapacidade do governo de reverter o processo de deterioração da economia brasileira acaba de receber um atestado de reconhecimento mundial. Responsável pela falta de credibilidade de nossos governantes e já conhecida dos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que deixaram o país no final do mês passado por causa do estouro da taxa de inflação e da impossibilidade de acertar com o governo uma meta aceitável para o déficit público, essa incapacidade levou os países ricos à decisão de excluir o Brasil do programa de redução da dívida externa conhecido como Plano Brady.

Por ironia, a decisão foi tomada pelos dirigentes dos sete países ocidentais mais desenvolvidos (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Itália, Grã-Bretanha, Canadá e França) na mesma Paris onde, na semana passada, o presidente José Sarney tentou inutilmente mostrar que poderia discutir com seriedade e objetividade temas como a dívida externa e os entraves ao desenvolvimento mundial. Sem conseguir nenhum encontro reservado com dirigentes de países credores, Sarney transformou sua viagem a Paris, onde assistiu às comemorações do bicentenário da Revolução Francesa, num alegre passeio pago pelo contribuinte. Provavelmente desconhecia, ao regressar a Brasília, a decisão tomada pelos sete grandes no último fim de semana.

Reunidos no Arche de la Défense, os dirigentes desses países resolveram apoiar o plano anunciado em março pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, que permite a redução da dívida dos países em desenvolvimento, num esquema que envolve os governos dos países credores, instituições multilaterais de crédito (como o FMI, o Banco Mundial-Bird e o Clube de Paris) e os bancos particulares.

Dos recursos destinados aos programas de ajustamento econômico dos países devedores, o FMI e o Bird reservarão 25% (o que equivale a US\$ 12 bilhões nos próximos três anos, metade de cada instituição) para a compra de títulos da dívida desses países no mercado secundário, o que resultará na redução do principal (esses títulos são negociados por um preço bem inferior ao seu valor de emissão; no caso brasileiro, o desconto chega a 70%). Além disso, as duas instituições concederão "financiamentos complementares" de cerca de 40% de seu capital — o que representa mais US\$ 12 bilhões — para financiar a dívida nova que substituir a dívida "velha".

E o ministro das Finanças da França, Pierre Bérégovoy, lembra por que os US\$ 12 bilhões destinados à recompra dos títulos da dívida não são quantia inexpressiva: por causa do desconto com que os títulos são negociados, esse valor poderá reduzir perto de US\$ 40 bilhões do saldo da dívida dos países em desenvolvimento.

Entre os países que o ministro francês citou como prováveis beneficiários da redução de sua dívida pelos mecanismos previstos no Plano Brady estão o México (que está concluindo as negociações com os bancos credores), as Filipinas, a Costa do Marfim, o Marrocos e a Venezuela. Mas o maior devedor entre os países em desenvolvimento, o Brasil, não faz parte da lista, da qual foi igualmente excluída a Argentina.

Nenhuma autoridade francesa quis falar publicamente dos motivos que levaram à exclusão do Brasil. Um funcionário do Ministério das Finanças, entretanto, atribuiu a decisão dos sete grandes à "execrável" situação econômica brasileira. Não se trata, por certo, de uma expressão diplomática, mas nem por isso o adjetivo empregado pelo funcionário francês deixa de retratar com precisão a situação em que nos encontramos. Para os credores, em particular, não há nada mais abominável do que um devedor deixar de honrar seus compromissos — como o Brasil começa a fazer, para manter um nível razoável de reservas que evite o agravamento da crise.

É claro que a solução para o problema da dívida depende dos credores — que vêm fazendo sua parte, ainda que, provavelmente, os devedores considerem os passos dados até aqui muito curtos e lentos. É na mesa de negociações que se deve buscar estendê-los e apressá-los. Mas essa solução depende, em grande medida, dos próprios devedores. Ao final da reunião de Paris, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher observou com propriedade que entre os devedores há países com excelentes recursos naturais e agrícolas, mas que só têm promovido "uma grande bagunça" nas suas políticas internas. Nesses países, disse, há recursos elevados, mas as populações têm baixo nível de vida, por causa dos problemas criados por suas elites dirigentes, que impedem o aproveitamento dos recursos disponíveis. Thatcher lembrou que isso ocorre em países latino-americanos, mas não citou nomes. Precisava?

A solução da dívida externa, como temos dito, é pagá-la. Para isso é preciso negociar as melhores condições, os prazos mais longos, os juros mais baixos, a maior redução possível. Mas também, e principalmente, é preciso despertar as potencialidades existentes, que, no caso do Brasil, são muito mais do que suficientes para pagar a dívida. Para isso, é indispensável eliminar os obstáculos que impede esse despertar: o excesso de controle estatal sobre a economia, a desorganização que torna o Estado mais perdidário e ineficiente, os preconceitos que caracterizam nossas elites e produzem os choques heterodoxos que conduziram o país para essa situação "execrável". Se não fizermos isso, continuaremos de fora de muitas outras listas.